



Documento Final do Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- versão sintética -

Brasília-DF, setembro de 2006.



Secretaria do CONSEA NACIONAL

Palácio do Planalto – anexo I sala C-2 térreo – Brasília/DF – 70150-900 Tel. 61) 3411-2747 Fax. 61) 3411-2301
www.presidencia.gov.br/consea - secret.consea@planalto.gov.br



Índice

1. Objetivos do Encontro Nacional	
2. Contexto Nacional e Internacional	4
- Contexto Nacional	4
- Contexto Internacional	5
3. Balanço das Ações, Políticas e Programas Federais	5
Questões Institucionais	7
Eixo 3.1.1 Direito Humano à Alimentação	7
Eixo 3.1.2 Institucionalidade	7
Eixo 3.1.3 Participação Social	8
Eixo 3.1.4 Monitoramento, Avaliação e Indicadores	9
Eixo 3.1.5 Soberania Alimentar e Relações Internacionais	10
2. Aspectos Relacionados à Produção	10
Eixo 3.2.1 Reforma Agrária, Agricultura Familiar, Agricultura Urbana e Agroextrativismo	10
- Negociações Comerciais	10
- Reforma Agrária	11
- Regularização Fundiária em Áreas Indígenas e Quilombolas	12
- Programa de Aquisição de Alimentos	13
- Assistência Técnica e Extensão Rural	14
- Financiamento da Agricultura Familiar	15
- Agroextrativismo e Agroecologia	15
- Aqüicultura e Pesca	16
- Agricultura Urbana	16
Eixo 3.2.2 Recursos Genéticos, Transgênicos, Sementes e o Acesso e uso dos recursos Naturais e da Água	17
- Alimentos Transgênicos	17
- Recursos Genéticos	18
- Zoneamento Ecológico, Econômico e Cultural	18
- Convivência com o Semi-Árido	19
3. Aspectos Relacionados ao Acesso	19
Eixo 3.3.1 Abastecimento	19
Eixo 3.3.2 Geração de Emprego e Renda e Economia Solidária	21
Eixo 3.3.3 Programas de Transferência de Renda	23
Eixo 3.3.4 Mutirão, Doação de Alimentos e Ações em Situações Emergenciais	24



4. Ações de Saúde e Nutrição	25
Eixo 4.4.1 Ações de Promoção de Modos de Vida e Alimentação Saudável e Ações de Vigilância	25
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional	25
- Distúrbios Nutricionais e Alimentação Saudável	27
- Ações Educativas e Campanhas	28
- Política Nacional de Aleitamento Materno	29
Eixo 4.4.2 Alimentação e Educação Nutricional nas Escolas e Creches	30
Eixo 4.4.3 Cultura Alimentar	31
4. Atuação do CONSEA-Nacional	32
Bloco Temático 1 - Questões Institucionais	33
Bloco Temático 2 - Aspectos Relacionados à Produção	33
Bloco Temático 3 - Aspectos Relacionados ao Acesso	34
Bloco Temático 4 - Ações de Saúde e Nutrição	34
Questões Extra-Blocos Temáticos	34
5. Indicações com Vistas à III CNSAN	34



1. Objetivos do Encontro Nacional

O Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizado nos dias 22 a 24 de Maio de 2006, em Brasília-DF, com cerca de 400 participantes entre conselheiros(as) do CONSEA-Nacional, gestores de programas federais e representações indicadas pelos CONSEA's estaduais. Seus objetivos foram:

1. Realizar um balanço da implementação das proposições da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - II CNSAN (Olinda, 2004);
2. Iniciar o tratamento da implementação do Sistema e da Política Nacional de SAN, em face da aprovação do Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN;
3. Contribuir para o processo preparatório da III Conferência Nacional de SAN, a ser realizada em Maio de 2007;
4. Promover a articulação entre os atores sociais que atuam no campo da Segurança Alimentar e Nutricional.

2. Contexto nacional e internacional

O balanço das ações e políticas de SAN levou em conta os elementos dos contextos nacional e internacional mencionados a seguir:

Contexto nacional

- ✓ Desigualdade social: elevada desigualdade social que caracteriza o Brasil e sua relação com um desenvolvimento econômico consistente e sustentável, com revisão do atual modelo de modo a promover a equidade e inclusão social, incorporar a ótica do direito à alimentação, a sustentabilidade ambiental, o enfrentamento de todas as formas de discriminação e o tratamento das especificidades regionais.
- ✓ Fatores determinantes do acesso aos alimentos: papéis da geração de emprego e oportunidades de trabalho, dos programas de transferência de renda, previdência social e benefícios de prestação continuada; evolução dos programas voltados, diretamente, para o acesso aos alimentos: alimentação escolar; programa de aquisição de alimentos; instituição de uma rede pública de equipamentos fornecedores de alimentos e alimentação; iniciativas no campo da economia popular e solidária.
- ✓ Disponibilidade de alimentos: carência de uma política nacional de abastecimento; impactos sócio-ambientais do modelo agropecuário predominante; promoção da agricultura familiar e do



agroextrativismo e ampliação da reforma agrária; preservação dos recursos genéticos e o uso dos organismos geneticamente modificados (OGMs).

- ✓ Questões de nutrição e saúde: as duas faces da má nutrição (desnutrição e obesidade) e sua diferenciação segundo sexo, faixa etária, raça, etnia e local de moradia; carências nutricionais específicas; educação alimentar e nutricional; atenção alimentar e nutricional na rotina dos agentes comunitários da saúde; produção da tabela brasileira de composição alimentar; consumo de frutas, verduras e legumes; rotulagem de alimentos e restrições à propaganda.
- ✓ Eqüidade: crescente visibilidade das desigualdades de gênero, raça, etnia e geração, mas ainda insuficiente sua incorporação nos programas; Ressalte-se a contribuição que a adoção do enfoque territorial e da desagregação de dados por raça/etnia podem dar no enfrentamento de vários fatores promotores de desigualdade.
- ✓ Dimensão político-institucional: criação de uma institucionalidade voltada para a erradicação da fome e a promoção da SAN; recriação do CONSEA, GT Fome Zero e aprovação da LOSAN; prática ainda incipiente da inter-setorialidade; relacionamento com a sociedade civil; elaboração de metodologia de orçamento da SAN.

Contexto internacional

- ✓ implicações dos acordos comerciais, de serviços e em áreas correlatas como a biodiversidade.
- ✓ proposição das Metas de Desenvolvimento do Milênio, com compromisso de redução da pobreza absoluta e da fome no mundo.
- ✓ iniciativas oriundas da FAO: Diretrizes Voluntárias para a Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e constituição de Alianças Nacionais e Internacional contra a Fome.
- ✓ ação internacional do Governo Brasileiro visando incluir a pobreza e a fome na agenda internacional, e no apoio a iniciativas de criação do marco legal da segurança alimentar em vários países.

3. Balanço das ações, políticas e programas federais

Efetou-se um balanço das ações, políticas e programas implementados pelo Governo Federal, adotando a perspectiva de averiguar os avanços, entraves e desafios para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), à luz das diretrizes apontadas na II CNSAN. Partiu-se das 153 deliberações aprovadas na II Conferência, agrupadas em quatro blocos subdivididos em quatorze eixos temáticos, conforme quadro a seguir:



1. QUESTÕES INSTITUCIONAIS	2. ASPECTOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO	3. ASPECTOS RELACIONADOS AO ACESSO	4. AÇÕES DE SAÚDE E NUTRIÇÃO
1.1 Direito Humano à Alimentação; 1.2 Institucionalidade; 1.3 Participação social; 1.4 Monitoramento e avaliação de indicadores; 1.5 Soberania alimentar e relações internacionais;	2.1 Reforma agrária, agricultura familiar, agricultura urbana e agroextrativismo; 2.2 Recursos genéticos, transgênicos, sementes, acesso e uso dos recursos naturais e da água;	3.1 Abastecimento; 3.2 Geração de emprego e renda e economia solidária; 3.3 Programas de transferência de renda; 3.4 Mutirão, doação de alimentos e ações em situações emergenciais.	4.1 Ações de promoção de modos de vida e alimentação saudável e ações de vigilância; 4.2 Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches; 4.3 Cultura alimentar.

As quarenta e sete proposições prioritárias da Conferência, distribuídas nesses eixos, foram encaminhadas aos setores respectivos do Governo Federal na forma de uma matriz, para que informassem se as ações implementadas estariam contemplando (plena ou parcialmente) essas proposições; devendo descrever os objetivos, beneficiários, forma de implementação, parceiros, metas, resultados e formas de monitoramento e avaliação. Solicitou-se ainda que fossem justificados os casos de não implementação de ações. Perguntou-se, por fim, sobre outras ações desenvolvidas correspondentes às 117 proposições não prioritárias da II CNSAN. A íntegra das respostas recebidas dos órgãos federais encontra-se disponível na página do CONSEA-Nacional.

Os participantes dos encontros estaduais preparatórios ao Encontro Nacional avaliaram um balanço das informações recebidas dos setores de governo (a íntegra das contribuições recebidas dos estados, incluindo informações sobre iniciativas estaduais, encontra-se na página do CONSEA-Nacional).

O balanço a seguir é uma síntese da análise das ações do governo federal, das contribuições dos estados, dos relatos dos grupos de discussão e dos debates nas plenárias do Encontro Nacional, destacando as propostas prioritárias aprovadas pela II Conferência, seguidas das ações relatadas, avanços, entraves e desafios identificados pelos participantes do Encontro Nacional.



3.2. Questões Institucionais

EIXO 3.1.1 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

- ✓ Propostas prioritárias: reconhecimento constitucional da exigibilidade do direito humano à alimentação e emenda constitucional no artigo 6º da Constituição Federal; aplicação, por parte do governo brasileiro, de uma política econômica com distribuição de renda e que privilegie o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Avanços:

- poucos em relação à emenda constitucional; incorporação da exigibilidade imediata do DHAA pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais; criação da Comissão de Monitoramento do DHAA no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; análise dos programas federais sob a ótica do DHAA pela Comissão Permanente do CONSEA; incorporação do DHAA na LOSAN.

Entraves:

- política econômica que dificulta a realização do DHAA; compreensão incipiente do DHAA pelos gestores públicos, sociedade civil e poder judiciário; precária articulação de ações; ausência de instrumentos de acompanhamento / monitoramento deste direito.

EIXO 3.1.2 INSTITUCIONALIDADE

- ✓ Propostas prioritárias: alteração do decreto de criação do CONSEA; elaboração participativa de uma Lei Orgânica de SAN com o seu respectivo Sistema Nacional; instituição nas três esferas de governo de comissões interdisciplinares de SAN.

Avanços:

- alteração do decreto de criação do CONSEA garantindo dois terços de participação da sociedade civil e maior equidade dessa representação; elaboração participativa da LOSAN e sua aprovação; processo de construção de um Sistema Nacional de SAN, motivando a criação de leis estaduais; melhor estruturação de alguns CONSEAs estaduais e municipais; existência, nos governos locais e regionais, de órgãos responsáveis em coordenar políticas de SAN; ampliação discussão da temática da fome e da miséria e a retomada da política de SAN.

Entraves:

- condições precárias de CONSEAs estaduais e municipais; poucos canais de comunicação e sinergia entre estes e o CONSEA Nacional; dificuldade de participação da sociedade na



construção de uma política de SAN; morosidade na regulamentação de leis estaduais; pequeno número de CONSEAs municipais instituídos.

EIXO 3.1.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- ✓ Propostas prioritárias: confirmação e criação de novos comitês gestores para controle e gestão compartilhada das políticas de SAN; constituição de redes e formas de comunicação e divulgação.

Ações:

- instituição de GT pelo MDS que sugeriu instâncias criadas especificamente para este fim ou já existentes (comitês gestores do Fome Zero ou outros conselhos atuantes no município), garantindo inter-setorialidade e participação de 50% ou mais de representantes da sociedade civil; GT orientou também que o controle da sociedade fosse centrado sobre os resultados do programa e suas condicionalidades, encaradas como forma de ampliar a rede de atendimento aos direitos de cidadania;
- melhorias na gestão e na metodologia de cadastramento possibilitaram avanços no Programa Bolsa Família;
- autorização para funcionarem 2.464 rádios comunitárias.

Avanços:

- ampliação e qualificação da participação da sociedade civil através da composição majoritária nos CONSEAs e da participação nos CONSADs e comitês gestores;
- Programa Fome Zero entendido enquanto construção de uma política de SAN;
- papel do governo como promotor da participação social; aumento do controle do Bolsa Família.

Entraves:

- mecanismos de participação e controle incipientes e centrados em programas específicos (principalmente o PBF);
- precariedade nas estratégias de mobilização social para a garantia da SAN;
- investimento pequeno no mapeamento e divulgação de experiências exemplares da sociedade civil;
- movimentos sociais ainda não assumiram a SAN como luta por direitos;
- descontinuidade histórica da construção da política de SAN;
- estruturação por decreto de CONSEAs estaduais e municipais para receber benefícios dos programas;
- pouca representação de indígenas e quilombolas;



-
- falta de cultura de intersetorialidade;
 - falta de qualificação para o debate das políticas de SAN;
 - não integração dos CONSEAs com a Rede Talher;
 - instâncias de controle do Bolsa Família estruturadas a partir de Conselhos já existentes e com funcionamento viciado;
 - aumento do número de rádios-comunitárias não teve impacto para democratização e ampliação do debate sobre SAN.

EIXO 3.1.4 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES

- ✓ Propostas prioritárias: estabelecimento de metas de implementação, controle e impacto das políticas de SAN; criação de um Sistema Nacional de Informação em SAN com abrangência de gênero, raça, cor e etnia; monitoramento; realização de estudos e pesquisas; divulgação de informações geradas.

Ações:

- política nacional de SAN está em construção, com ações e programas desenvolvidos por vários órgãos federais e insuficiente integração e coordenação;
- iniciativa do CONSEA de debater o Orçamento Geral da União, construindo metodologia própria, acompanhando execução e apresentando proposições;
- ainda não se efetivou um Sistema Nacional de Informações em SAN; CONSEA-Nacional criou GT sobre indicadores que elaborou proposta para a construção de um sistema de monitoramento da SAN com enfoque no DHAA; construção pelo MDS de indicadores do Fome Zero e implantação da Matriz de Informação do Fome Zero (MI-FZ); desenvolvimento de várias pesquisas pelo MDS, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e Ministério da Saúde (MS), com temáticas relacionadas à SAN, início da “Chamada Nutricional” e inclusão de itens relativos à SAN em pesquisas nacionais (POF e PNAD 2004).

Avanços:

- aumento de recursos para pesquisa no âmbito governamental e o aumento do fomento à pesquisa acadêmica.

Entraves:

- inexistência de diagnósticos em nível local; falta de avaliação do impacto das ações e efetividade das políticas; sobreposição de atendimentos por falta de comunicabilidade entre os sistemas de avaliação; falta coordenação e integração no uso dos diagnósticos existentes.



EIXO 3.1.5 SOBERANIA ALIMENTAR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- ✓ Propostas prioritárias: elaboração de um Código Internacional de conduta para SAN e o DHAA; fortalecimento da participação do Brasil no Comitê Internacional do *Codex Alimentarius*, incentivando parcerias interministeriais e a representação da sociedade (agricultura familiar e agroecológica), e viabilizando recursos humanos e financeiros.

Ações

- aumento da coordenação entre os membros e controle do funcionamento dos grupos técnicos do *Codex Alimentarius*; maior envolvimento da comunidade científica na elaboração das posições brasileiras; aumento do índice de respostas às cartas circulares; ainda baixa a participação da sociedade civil no CCAB;
- elaboração pelo CONSEA de um documento apontado sugestões para incorporação de questões de SAN nas negociações internacionais, com grande repercussão e efetividade a ser aferida;
- II Conferencia Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (P. Alegre, 2006) com delegações de 189 países, cuja declaração ligou insegurança alimentar e reforma agrária (acesso a terra como condição para erradicar a fome); evento paralelo denominado Foro "Terra, Território e Dignidade" reunindo mais de 400 participantes de todo o mundo, militantes das lutas sociais pela soberania alimentar dos povos.

2. ASPECTOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO

EIXO 3.2.1 REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR, AGRICULTURA URBANA E AGROEXTRATIVISMO

- ✓ Propostas prioritárias: política de exportação e importação de alimentos; reforma agrária; demarcação e homologação de terras indígenas e quilombolas; programas de apoio à agricultura familiar; pesquisa e assistência técnica; acesso ao crédito; incentivo à produção agroecológica, aquicultura e pesca; estímulo aos sistemas agroflorestais e agroextrativistas; e agricultura urbana.

Negociações comerciais

Ações

- iniciativas do Governo Brasileiro orientadas pela busca de abertura de novos mercados externos para os produtos agrícolas nacionais, além da ampliação dos mercados já existentes, buscando-se coordenar e harmonizar a atuação dos vários órgãos federais envolvidos;



-
- CONSEA elaborou proposta no sentido de resguardar os aspectos relativos á segurança alimentar e nutricional.

Entraves

- Ainda insuficiente a incorporação desses aspectos nas posições brasileiras, bem como persistem posições divergentes em relação a vários e importantes elementos das negociações.

Reforma Agrária

Ações

- Criação e implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), voltado para a viabilidade econômica dos assentamentos, a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade ambiental, o acesso à terra e melhoria da infra-estrutura, o acesso a direitos e o apoio à produção e à comercialização;
- Apoio à habitação, à construção de cisternas no semi-árido e à instalação e manutenção das famílias até o início da produção;
- Ampliação das formas de financiamento, com linha de crédito específica para a recuperação dos assentamentos; o acesso das mulheres assentadas ao microcrédito rural (PRONAF B); e a ampliação do limite de crédito do PRONAF A (de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil por família).

Avanços

- Melhoria das condições de financiamento para os assentados (inclusive mulheres), de infra-estrutura, de assistência técnica, educação (EJA, nível médio e superior) e de apoio às famílias (cestas básicas, emissão de documentos);
- Fortalecimento institucional do INCRA (concurso público, investimentos na instituição) e novos instrumentos de gestão (Planos de Recuperação dos Assentamentos, Planos Regionais de Reforma Agrária);
- Substituição de cestas alimentares com a implantação dos sistemas agroalimentares coletivos nos acampamentos de Reforma Agrária.

Entraves

- Reforma Agrária com alcance limitado diante da concentração fundiária e das terras improdutivas;
- Poucos avanços na redefinição do índice de produtividade;



- Persistência dos despejos em áreas ocupadas e acampamentos, expondo as famílias à insegurança alimentar;
- Limites operacionais e institucionais (insuficiência de técnicos, problemas de infraestrutura e acesso a serviços sociais pelos assentados);
- Falta de regularização fundiária e titulação representa entrave ao desenvolvimento em diversas regiões.

Regularização fundiária em áreas indígenas e quilombolas

Ações

- Homologação da Reserva Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima
- Identificação de terras indígenas com efetivação de oito homologações definitivas em 2005, embora dificultadas por demandas judiciais;
- Definição e aperfeiçoamento dos mecanismos e procedimentos para regularização fundiária das comunidades de remanescentes de quilombos, incluindo-se a definição de competências do Incra, com algumas limitações: número de processos concluídos em face da demanda; demandas judiciais nas áreas particulares; contingenciamento de recursos; falta de técnicos especializados e estrutura organizacional do Incra. Foram tomadas medidas como a admissão de técnicos especialistas (antropólogos) e a criação de uma nova estrutura organizacional.

Avanços

- Atuação do Incra na regularização fundiária de remanescentes de quilombos, com participação de outras instituições (universidades) na caracterização das comunidades;
- Abertura de canais de diálogo com lideranças quilombolas e do movimento negro e organizações da sociedade civil;
- Indígenas e quilombolas conseguiram assentos em CONSEAS Estaduais e Municipais e Conselhos de Saúde dentre outros;
- Homologação de 10 milhões de hectares e demarcação de 4 milhões de áreas indígenas;
- Facilidade de acesso ao Programa Nacional do crédito fundiário.

Entraves

- Sobreposição das áreas de unidades de conservação, áreas indígenas e quilombolas;
- Intrusão nas áreas indígenas;
- Falta de articulação entre órgãos públicos de regularização fundiária;
- Dificuldades técnicas e operacionais e fragilidade dos instrumentos legais da regularização fundiária das áreas quilombolas;



- Dificuldades na demarcação das terras indígenas e na fiscalização e proteção dessas áreas.

Programa de aquisição de alimentos

Ações

- Aperfeiçoamentos importantes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: definição do arcabouço institucional do Programa; implantação em nível nacional; formação de estoques através da aquisição de produtos da agricultura familiar; contratação de operações diretamente com as organizações de produtores, reforçando o cooperativismo, o associativismo e a capacidade de auto-gestão e estruturando circuitos locais de abastecimento; sustentação de preço e renda dos agricultores familiares. Considera-se que seu alcance é ainda restrito dada a limitação dos recursos diante da demanda existente (tanto de agricultores familiares como de pessoas em situação de insegurança alimentar), além de outros limitantes: interrupções do fluxo operacional em função de atrasos nos convênios ou da indisponibilidade de recursos; necessidade de maior articulação do PAA com os demais programas sociais e com as políticas para agricultores familiares e assentados;
- CONSEA dedicou-se a monitorar e avaliar continuamente o Programa, tendo obtido sucesso na liberação de recursos suplementares, além de discutir questões relativas à gestão da modalidade de compra e distribuição de leite e à decisão de suspensão da modalidade que atendia aos assentados da reforma agrária.

Avanços

- Criação de instrumentos possibilitando o acesso dos agricultores familiares aos mercados (aberto e institucional), com preços mais justos e articulados a políticas sociais (PBF), de educação (PNAE) e saúde;
- Integração dos órgãos federais na formulação de estratégias e definição dos objetivos e metas do PAA;
- Estímulo à agroecologia pelo pagamento de sobre-preço a produtos ecológicos pelo PAA;
- Fortalecimento das parcerias com governos estaduais e municipais em torno do PAA;
- Diversificação das modalidades e produtos, com valorização dos produtos da agricultura familiar pela comercialização sem intermediários;
- Impactos positivos de estímulo à produção dos agricultores familiares e sua permanência na atividade;
- Estímulo ao cooperativismo e associativismo rural;



- Atuação positiva da CONAB como parceira nas ações de segurança alimentar e nutricional e de fortalecimento das organizações do meio rural, retomando seu papel nas ações de abastecimento.

Entraves

- Rigidez da legislação dificultando a preferência pela compra direta da produção dos produtores pelos órgãos governamentais;
- Fragilidade das organizações dos agricultores familiares;
- Critérios de avaliação e classificação do produto de acordo com os padrões de identidade e qualidade sem levar em consideração a realidade da agricultura familiar;
- Avanços pouco satisfatórios na ação intersetorial de promoção da alimentação escolar agroecológica;
- Problemas para a inclusão de determinados produtos e segmentos em modalidades específicas do PAA (indígenas, pescadores artesanais, jaticultores, seringueiros, cafeicultores);
- Insuficiência das dotações orçamentárias e atrasos na liberação dos recursos;
- Falta de transparência e monitoramento do Programa;
- Necessidade de intensificar a assistência técnica no âmbito do PAA e de melhorar a atuação das organizações (associações e cooperativas).

Assistência técnica e extensão rural

Ações

- nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER coordenada pelo MDA, apoiando entidades governamentais e não governamentais, em nível estadual e municipal.

Avanços

- Início da reorientação da assistência técnica (e também de órgãos de pesquisa e ensino) no sentido de uma abordagem agroecológica, de fortalecimento da agricultura familiar e de atuação multidisciplinar;
- Estímulo do Governo Federal tem levado órgãos estaduais a se reestruturarem e ampliarem os quadros de técnicos;
- Implantação e expansão de programas de educação no meio rural, com adequação de conteúdos curriculares à realidade rural e indígena.

Entraves

- Assistência técnica ainda insuficiente (número de técnicos, remuneração, infra-estrutura) para acompanhar os projetos financiados pelo PRONAF e estimular o associativismo e cooperativismo;



- Falta articulação entre instituições e programas dos três níveis, com detrimento dos entes locais e da sociedade civil;
- Necessidade de melhorar a formação dos técnicos, visando tratar de questões relativas à SAN (valorização do conhecimento popular sobre cultivo e cultura alimentar) às especificidades dos diferentes públicos (indígenas, quilombolas e ribeirinhos).

Financiamento da agricultura familiar

Ações

- Importante expansão no período com aumento dos recursos de crédito do PRONAF e dos valores efetivamente aplicados e do número de agricultores atendidos, com redução das disparidades regionais e o crescimento da linha destinada aos agricultores de mais baixa renda e com características de microcrédito;
- Implantação das linhas Florestal, Agroecologia, Alimentos e Mulher;
- Criação de mecanismos de proteção dos agricultores familiares em situações de perda da safra, como o Garantia-Safra e o Seguro da Agricultura Familiar.

Avanços

- Aumento dos recursos e ampliação do crédito, com melhoria da cobertura em municípios de baixa renda, principalmente no Norte e Nordeste;
- Incorporação de novos públicos e temáticas nas modalidades do PRONAF e os mecanismos de proteção já citados

Entraves

- Recursos ainda insuficientes, apesar da ampliação
- Dificuldades no atendimento dos agricultores familiares pelos agentes financeiros e na operacionalização do crédito, em especial para as novas linhas e determinados públicos (assentados, mulheres, jovens).

Agroextrativismo e agroecologia

Ações

- Auxílio para agricultores familiares na Amazônia efetivarem a transição agroecológica para sistemas de produção sustentáveis, com oferecimento de compensação pelos serviços ambientais prestados (Proambiente-MMA);
- Apoio a projetos de implantação de inovações produtivas relativas a sistemas agroflorestais e agrossilvopastoris, beneficiamento de frutas regionais;
- Programa Comunidades tradicionais, que apóia a estruturação das cadeias produtivas de recursos da floresta e capacitação para utilização econômica desses recursos;



-
- Criação da Carteira Indígena (parceria MDS/MMA) para apoio a projetos gerados pelas demandas das comunidades, respeitando suas identidades culturais e autonomia, com foco na produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato e revitalização de práticas e saberes tradicionais.

Avanços:

- incorporação da proposta dos movimentos sociais de um programa de remuneração de serviços ambientais (PROAMBIENTE);

Entraves

- inexistência de mecanismos legais para a implementação dessa remuneração pelo PROAMBIENTE.

Aqüicultura e pesca

Ações

- Ampliação da oferta de pescados (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, SEAP/PR) incluindo o fortalecimento da cadeia produtiva; aumento da estrutura para comercialização, capacitação, alfabetização e extensão pesqueira e aqüícola; ampliação do acesso ao crédito pelos pescadores, subvenção ao óleo diesel etc.;
- Apoio financeiro e técnico aos parques aqüícolas e às atividades de maricultura.

Avanços

- criação da SEAP e implementação de ações e políticas para a ampliação da pesca no país e reconhecimento dos pescadores, tirando-os da invisibilidade com a instituição do Registro Geral de Pesca (RGP) e a implantação do seguro defeso e do PRONAF Pesca

Entraves

- Violação dos direitos das populações que sobrevivem dos recursos naturais face à: apropriação privada dos reservatórios de água no semi-árido; destruição ambiental de manguezais pelos projetos de carcinicultura;
- Restrições de acesso ao PRONAF que não atende à condição de pescadores meeiros;
- Falta de assistência técnica adequada, sobretudo para a conservação do pescado.

Agricultura urbana

Ações

- destinação pelo MDS de recursos para projetos de Estados, Municípios e ONGs; início de um diagnóstico participativo para elaborar uma Política Nacional de Agricultura Urbana.

Avanços



- algumas iniciativas da sociedade civil no sentido de relacionar segurança alimentar e agricultura urbana.

Entraves

- Ações ainda limitadas de fomento à agricultura urbana;
- Pouco reconhecimento pelos governos estaduais e municipais do potencial existente;
- Ausência de diagnósticos na área.

EIXO 3.2.2 RECURSOS GENÉTICOS, TRANSGÊNICOS, SEMENTES E O ACESSO E USO DOS RECURSOS NATURAIS E DA ÁGUA

Propostas prioritárias: proibição da produção e comercialização dos alimentos transgênicos; implementação de bancos de sementes e outras estratégias de conservação dos recursos genéticos locais; realização de zoneamento ecológico, econômico e cultural das regiões brasileiras; construção de uma política efetiva de convivência com o semi-árido; reconhecimento da água como bem público, Patrimônio Natural Cultural Tradicional e elemento de soberania alimentar.

Alimentos transgênicos

Ações

- CONSEA produziu várias manifestações orientando o Governo Brasileiro a adotar o princípio da precaução em relação aos transgênicos, sem ver atendidas essas recomendações, também saídas da II CNSAN;
- Duas recentes posições adotadas pelo Governo retomam, parcialmente, a postura de precaução: a rotulagem de alimentos (com especificação de “Este produto contém Organismos Vivos Modificados”); e a proibição de comercialização de sementes estéreis (“Terminator”), tendo sido decisiva, no caso desta, a recomendação apresentada pelo CONSEA.

Avanços

- inserção, na pauta de discussão, da regulamentação e rotulagem do uso de produtos geneticamente modificados e a existência de material geneticamente modificado de produtos alimentares a ser identificado e melhorado.

Entraves

- Não atendimento pelo Governo Federal da recomendação contrária à comercialização de transgênicos;
- Flexibilidade na liberação da pesquisa e da comercialização desses produtos;
- Fragilidade da posição do Governo em relação à rotulagem;



- Dificuldades operacionais em relação à rastreabilidade e à fiscalização da produção de alimentos transgênicos.

Recursos genéticos

Ações

- Levantamento dos recursos genéticos dos parentes silvestres de plantas cultivadas, com potencial de incorporação de novas variedades, e identificação de novas espécies com potencial econômico;
- Implantação de Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade - CIMAs, cujo objetivo é promover o resgate, a conservação, o uso sustentável e a valorização da diversidade genética contida na agrobiodiversidade e mantida por povos indígenas e agricultores familiares;
- Atuação do PAA/CONAB na promoção de práticas sustentáveis de manejo dos agroecossistemas e no resgate e preservação da biodiversidade agrícola e alimentar mediante sobre-preço de até 30% para produtos orgânicos ou agroecológicos; aquisição de produtos extrativistas; e compra e doação de sementes de variedades crioulas, tradicionais ou localmente adaptadas.

Avanços

- Ampliação, tanto em escala como em capilaridade, de experiências concretas de manejo da agrobiodiversidade;
- Existência de ações de apoio à essas experiências no campo das políticas públicas;
- Reconhecimento de cultivares locais, tradicionais ou crioulas pela legislação e pelas políticas públicas.
- Implementação de iniciativas de pesquisa e processos de experimentação participativa no manejo da agrobiodiversidade no campo governamental e não governamental.

Entraves

- marco jurídico de produção, transporte, distribuição e uso das sementes e mudas no Brasil não atende às especificidades da agricultura familiar, comunidades tradicionais etc.

Zoneamento ecológico, econômico e cultural

Ações

- Iniciativas do MMA de fornecer base técnica e instrumentos legais para o ordenamento do acesso e uso dos recursos naturais no plano municipal, bem como de formulação e implementação de ações de desenvolvimento sustentável (Editais para projetos de



Zoneamento Ecológico-Econômico participativo, e para utilização dos dados dos zoneamentos estaduais existentes para compor um Sistema de Informações Territoriais).

Convivência com o Semi-Árido

Ações

- Avanço na parceria entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil coordenadas pela Articulação do Semi-Árido - ASA para a implementação do P1MC - Programa Um Milhão de Cisternas;
- Programa Conviver/Ministério da Integração Nacional que visa promover ações de desenvolvimento regional, nas vertentes da convivência com o semi-árido e da dinamização econômica de arranjos produtivos, articulados com os programas de infra-estrutura hídrica;
- Ações de oferta hídrica no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro - Proágua/Semi-árido;
- CONSEA dedicou-se em 2005 a promover o mapeamento de ações e o diálogo entre os programas governamentais e as iniciativas da sociedade civil, identificando-se o desafio da integração e a necessidade de novos mecanismos de coordenação e interlocução.

Avanços

- Valorização de uma política pública de recursos hídricos descentralizadora da oferta de água - Programa Um Milhão de Cisternas;
- Aumento no volume de ações que apontam práticas de convivência com o semi-árido e uma maior organização da sociedade civil para a convivência com o semi-árido.

Entraves

- Continuidade da política concentradora de água, voltada para as monoculturas de exportação;
- Abordagem ainda incipiente e desarticulada de convivência com o semiárido
- Falta de articulação entre as diversas instituições públicas que desenvolvem programas;
- Existência de uma contradição entre o avanço de programas centrados no acesso difuso (P1MC) e o investimento em grandes projetos como a transposição do São Francisco.

3. ASPECTOS RELACIONADOS AO ACESSO

EIXO 3.3.1 ABASTECIMENTO

Proposta prioritária: incentivo e institucionalização de órgãos de abastecimento locais e regionais, em parceria com a sociedade civil organizada.



Ações

- Experiência do PAA revelou a necessidade de uma política mais abrangente de apoio à comercialização, integrando, entre outros: (1) a revitalização dos instrumentos tradicionais da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); (2) a adequação da legislação de inspeção dos produtos à realidade da agricultura familiar; (3) o apoio à estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento, através de investimentos em infra-estrutura; (4) a revitalização das CEASAS e rediscussão de seu papel; e (5) a estruturação de políticas de apoio aos pequenos varejistas;
- CONSEA elaborou uma proposta de Política Nacional de Abastecimento Alimentar - PNAA com o enfoque da SAN, mediante trabalho conjunto com o MDA, o MDS e a CONAB/MAPA, encaminhada ao Governo Federal.
- MDS criou programas nacionais e destinou recursos financeiros para incentivar as demais esferas de governo e organizações da sociedade civil a implantar equipamentos públicos, tais como: restaurantes populares; cozinhas comunitárias; banco de alimentos; mercados e feiras públicas; e incubadoras universitárias.

Avanços

- Retomada do debate sobre a política nacional de abastecimento e do papel da CONAB neste processo: reestruturação da empresa englobando o direcionamento para a agricultura familiar, apoio ao pequeno varejo, resgate do sistema de CEASA's, descentralização da distribuição da produção, interiorização da política de abastecimento, instituição de programas para o acesso aos alimentos pelas camadas de baixa renda;
- Programas de restaurantes populares, cozinhas e hortas comunitárias.

Entraves

- Não efetivação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
- Inexistência de entrepostos de comercialização municipais;
- Carência de armazéns para constituição de estoques públicos e regulação da produção e dos mercados e falta de estrutura das Centrais de Abastecimento;
- Sucateamento da infra-estrutura, equipamentos e materiais dos Órgãos Públicos.



- ✓ Propostas do Encontro Nacional:
- Elaborar diretrizes claras para uma Política Nacional de Abastecimento, com indicações dos papéis das instâncias governamentais (nos três níveis da federação), tendo em vista a questão da inter-setorialidade (saúde, educação, assistência social), procurando articular os programas relacionados a SAN;
 - Fortalecer e criar condições para ampliar as compras institucionais;
 - Criar mecanismos de monitoramento para a qualidade dos alimentos ofertados às instituições, tendo como princípio a questão do alimento saudável e seguro;
 - Criar mecanismos institucionais para que os municípios adquiram alimentos da agricultura familiar, privilegiando seu consumo nas instituições públicas municipais;
 - Alocar recursos e criar programas específicos para ações locais que não encontrem financiamento nos canais institucionalizados;
 - Criar políticas de recuperação da infra-estrutura de abastecimento do país, assim como ampliar esta infra-estrutura de maneira descentralizada;
 - Fortalecer e ampliar canais de comercialização em feiras livres e mercados descentralizados;
 - Fazer articulação da SEAP/MDS/CONAB procurando fazer uma diretriz de inclusão do pescado nos programas de abastecimento e incorporação do foco da intersectorialidade e da SAN.

EIXO 3.3.2 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Propostas prioritárias: apoio a programas de desenvolvimento territorial sustentável; riorização de políticas de geração de emprego e renda; promoção da economia popular solidária.

Ações

- Iniciativas implementadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento: apoio a cadeias produtivas solidárias (apicultura e algodão); finanças solidárias, com apoio a fundos rotativos e apoio à implementação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado; rede de Agentes de Desenvolvimento Local e Economia Solidária.
- Programas de Geração de Emprego e Renda do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT: linhas de crédito com ênfase no apoio a setores intensivos em mão-de-obra, como as micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais e microempreendedores de baixa renda, de áreas urbanas e rurais, além dos programas de



infra-estrutura; ações de apoio a incubadoras universitárias de cooperativas populares e de recuperação de empresas pela autogestão;

- Parcerias estratégicas do MDS com empresas públicas, OSCIP's e organizações não governamentais para a execução de projetos de geração de trabalho e renda e desenvolvimento local na perspectiva da economia solidária.
- Programas Conviver, Promeso e Produzir - Programa de Organização Produtiva de Comunidades, coordenados pelo Ministério da Integração Nacional - MI, que incluem ações de organização social, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo, além do apoio à organização e estruturação de arranjos produtivos locais.
- Intervenção sócio-territorial em 40 territórios onde se organizaram Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD em todos os estados brasileiros, planejando e financiando projetos de produção, comercialização e processamento de produtos e de apoio a economia popular solidária.
- Carteira Indígena, já referida no Eixo 2.2.1, e também a construção de casas e equipamentos comunitários em regime de autoconstrução e a emissão de documentos civis;
- Diversas ações junto às comunidades quilombolas: (1) levantamento sócio-econômico de 150 comunidades, selecionadas para receberem iniciativas do Fome Zero, como o repasse de equipamentos (agrícolas, barcos, casas de farinha, máquinas de costura, entre outros); (2) capacitação de jovens agentes quilombolas de todas as regiões, com o objetivo de mapear a realidade socioeconômica e as potencialidades de fomento à organização produtiva das comunidades; (3) capacitações para iniciativas de desenvolvimento comunitário; (4) parcerias entre órgãos federais, sob a coordenação da SEPPPIR - Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, abrangendo ações nas áreas de energia elétrica, habitação e saneamento, aquicultura e pesca, artesanato, educação ambiental, agroextrativismo, criança e adolescente, controle social nas políticas públicas, assistência técnica e emissão de documentos civis.

Avanços:

- Além das políticas listadas, ênfase na criação da Secretaria de Economia Solidária e o crescente número de iniciativas neste campo

Entraves:

- Restrições no acesso das famílias de baixa renda a recurso/crédito para implementação de iniciativas de geração de renda;
- Falta de política de emprego para jovens;
- Carência de qualificação e orientação gerencial e para o acesso a recursos;



- Dificuldade na tramitação de projetos e atraso no repasse de recursos ou equipamentos (cozinhas e insumos para as hortas comunitárias);
- Oferta insuficiente de recursos face à demanda por viabilização de projetos de cozinhas, hortas e panificadoras comunitárias;
- Comunidades indígenas: número insuficiente de técnicos no campo e falta de conhecimento sobre a complexidade e diversidade étnica;
- Pouca integração entre os programas e ações desenvolvidos pelos diferentes órgãos do poder público no que se refere ao desenvolvimento territorial;
- Recursos insuficientes para a criação de projetos de economia solidária e geração de emprego e renda;
- Ausência de marco legal que torne as iniciativas de geração de emprego e renda e economia solidária como política de Estado e não apenas como programas de governo;
- Ausência de dispositivos legais que permitam a implementação de políticas específicas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial que envolva a construção de espaços físicos em comunidades quilombolas que não tenham seus territórios titulados.

EIXO 3.3.3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Proposta prioritária: consolidação e ampliação dos programas de transferência de renda articulados e integrados com a política de geração de emprego e renda e melhoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Ações

- Consolidação e ampliação da política de transferência de renda com a unificação dos programas pré-existentes, no Programa Bolsa Família, presente em todos os municípios brasileiros, com significativo aperfeiçoamento do cadastro, da gestão, do monitoramento das condicionalidades, do controle social e da fiscalização;
- Diversas articulações entre o Bolsa Família e estratégias de geração de trabalho e renda, conforme apresentado no eixo 3.3.2, como parte da estratégia de promover ações complementares à transferência de renda;
- MDS finalizou desenho de integração entre o PETI/PBF, racionalizando e potencializando os dois programas, permanecendo, assim, a transferência de renda via PBF e a jornada ampliada via PETI;
- CONSEA fez várias indicações para o avanço do PBF, especialmente em relação à inclusão de populações específicas (moradores de rua, das comunidades rurais mais isoladas, quilombolas, entre outras); implementação de ações de educação alimentar voltadas às



famílias beneficiadas; e implementação de ações estruturantes que garantam trabalho e renda, com alcance para todo o universo de beneficiários. O CONSEA avalia que ainda não foram superados os entraves à inclusão das populações citadas, nem se garantiu a universalidade das ações estruturantes e das ações de educação alimentar.

Avanços

- Unificação dos programas existentes, recadastramento e combate à fraude; melhoria na qualidade de vida dos segmentos empobrecidos da população; cumprimento das metas e melhora na gestão do programa; permanência das crianças na escola, em função da condicionalidade; alcance do Programa em todo o território nacional com o atendimento do público alvo.

Entraves

- Limites deste tipo de ação que não altera os fatores estruturais ligados ao modelo econômico; carência de políticas intersetoriais nas ações junto às famílias, principalmente, visando a complementaridade com ações estruturantes que promovam a emancipação das famílias;
- Necessidade de ações conjuntas junto aos órgãos estaduais e municipais;
- Não acompanhamento das famílias atendidas e monitoramento do programa (condicionalidades); município faz o cadastro e o órgão gestor não tem acesso às informações;
- Falta de estrutura do Poder Público para tratar dignamente os usuários do PBF;
- Deficiência no controle social (conselhos inoperantes/inexistentes); persistência da cultura do assistencialismo na sociedade;
- Não atendimento das populações específicas (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, moradores de área de risco, catadores de lixo, populações de rua, etc);
- Dificuldades operacionais no sistema CAD Único devido às constantes atualizações.

EIXO 3.3.4 MUTIRÃO, DOAÇÃO DE ALIMENTOS E AÇÕES EM SITUAÇÕES EMERGENCIAIS

Propostas prioritárias: articulação das diversas ações solidárias e de mobilização cidadã; aquisição de alimentos para os povos indígenas em situação de insegurança alimentar.

Ações

- MDS firmou convênio com a CONAB, durante os exercícios orçamentários de 2004 e 2005, para aquisição e distribuição de cestas de alimentos para o atendimento de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, atingidas por situações de emergência, como secas e enchentes, além de um atendimento regular a população de comunidades indígenas, quilombolas, acampados e atingidos por barragens;



- Secretaria Nacional de Defesa Civil (Ministério da Integração Nacional) repassa recursos para a aquisição de alimentos e para a recuperação de habitações atingidas por desastres;
- Povos indígenas: parcerias com a Funasa (empacotamento e distribuição para as famílias nas aldeias) e com a Funai (coordenação da seleção de beneficiários);
- Rede de Educação Cidadã/Talher Nacional que viabilizou o desenvolvimento de uma rede de educadores populares, promovendo a mobilização da sociedade na construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

Avanços

- Participação de produtos da agricultura familiar nas formações dos estoques governamentais para atendimento de doações
- Multiplicação de programas de doação de alimentos, envolvendo diversos tipos de entidades, nas esferas estaduais e municipais.

Entraves

- Transferências irregulares de recursos e despreparo dos órgãos públicos de apoio aos setores carentes da sociedade;
- Falta de atendimento a vários setores da população (sem teto, catadores de materiais recicláveis, etc);
- Ausência de interlocutores dos programas federais em alguns estados, acrescida da dificuldade das prefeituras acessarem informações sobre esses programas sociais;
- Falta de entendimento institucional (FUNASA e FUNAI) quanto aos alimentos que serão doados aos indígenas para preservar seus hábitos alimentares;
- Ineficiência de logística para a garantia da distribuição de todos os alimentos excedentes;
- Melhorar a articulação com a indústria de alimentos e rever a regulamentação sobre a doação de alimentos.

4. AÇÕES DE SAÚDE E NUTRIÇÃO

EIXO 4.4.1 AÇÕES DE PROMOÇÃO DE MODOS DE VIDA E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E AÇÕES DE VIGILÂNCIA

Propostas prioritárias: fortalecimento do SISVAN; prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação; promoção de ações educativas e campanhas publicitárias; promoção, fortalecimento e apoio ao aleitamento materno.

Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

Ações



- O SISVAN encontra-se em processo de consolidação, sob a coordenação do Ministério da Saúde. Após o desenvolvimento do sistema informatizado, foram realizadas capacitações macroregionais para fomentar a utilização do módulo *on line* e adoção do SISVAN na rede de atenção básica de saúde. Vem se discutindo também novas estratégias que promovam a adesão dos municípios para a implementação do SISVAN. O Ministério da Saúde analisa proposta de garantir recursos orçamentários para incentivar os municípios ao preenchimento dos dados;
- SISVAN foi adotado para o acompanhamento das condicionalidades da saúde dos beneficiários do Programa Bolsa Família, para o que foi desenvolvido um módulo de gestão, com acesso *on line*. O registro das informações é ainda insuficiente, em função da existência de sistemas de informação específicos (principalmente nos grandes municípios e capitais) e da dificuldade de acoplar estes sistemas ao módulo nacional;
- Funasa vem atuando na implantação das ações de vigilância alimentar e nutricional nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Avanços

- Visibilidade e informatização;
- Implantação do SISVAN indígena;
- Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Entraves

- Inexistência de dotação orçamentária específica para incentivar os municípios na implementação do SISVAN;
- Baixa alimentação do Sistema pelos municípios;
- Deficiência na disponibilidade de recursos humanos e materiais para a implementação do SISVAN;
- Não-utilização das informações geradas pelo SISVAN para direcionamento e avaliação das políticas de SAN;
- SISVAN muito centralizado - o estado não tem acesso aos dados referentes ao acompanhamento nutricional informados pelos municípios ao Ministério da Saúde;
- Ausência de compatibilidade dos sistemas, criando necessidade de se alimentar a informação em diferentes aplicativos, sobretudo no cumprimento do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família;
- Dificuldade de acesso aos dados do sistema para subsidiar os conselhos e as áreas de SAN;
- Articulação precária entre DATASUS e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde;



Distúrbios nutricionais e alimentação saudável

Ações

- Projetos de capacitação e divulgação de informações conduzidos pelo MDS: (1) “Criança Saudável, Educação Dez”, pelo qual foram produzidos materiais educativos voltados para professores e alunos da 1ª a 4ª série; (2) “Educação à Mesa”, voltado para a capacitação de líderes comunitários, agentes de saúde, gestores de bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias; (3) “Eu Aprendi, eu ensinei”, voltado para estudantes do ensino médio, tendo por objetivo prevenir a desnutrição materno-infantil em comunidades do Norte de MG e Vale do Jequitinhonha; (4) “Cozinha Brasil”, desenvolvido em parceria com o SESI, atuando na capacitação de multiplicadores e na orientação alimentar e nutricional às comunidades;
- Ministério da Saúde: o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A; Programa Nacional de Suplementação de Ferro, iniciado no segundo semestre de 2005, com prioridade para a região Nordeste; produção de manuais, cartilhas e materiais pedagógicos na área de desnutrição infantil, doença celíaca, obesidade e controle de diabetes e hipertensão; publicação da Política de Atenção Básica a Saúde;
- Com relação à suplementação com sulfato ferroso, o CONSEA manifestou preocupação e elaborou recomendação com relação aos possíveis impactos negativos dessa medida sobre os portadores de anemia falciforme, para os quais a suplementação pode produzir sérios danos à saúde.

Avanços

- Implementação das Ações do Programa Nacional de Vitamina A e da Suplementação de Ferro, além da fortificação das farinhas com Ferro e Ácido Fólico;
- Criação dos protocolos de atendimento de crianças desnutridas a nível hospitalar e ambulatorial;
- Ações de capacitação em vigilância alimentar e nutricional, incluindo técnicos de nível superior;
- Capacitação de profissionais da área de atenção básica da saúde.

Entraves

- Não implementação do programa de suplementação de ferro em alguns estados e a resistência de alguns profissionais de saúde na sua implementação;
- Falta de ações específicas de nutrição nas ações das doenças crônicas não transmissíveis, considerando que 70 % dos recursos da assistência do SUS estão relacionadas com doenças decorrentes da má alimentação;



- Falta de infra-estrutura e de equipamentos de medição e pesagem de crianças, além das dificuldades de implementação de rotinas para manutenção e aferição de equipamentos (balanças, antropômetros, etc.) destinados às ações de vigilância nutricional nos serviços de saúde;
- Ausência de profissionais qualificados na Atenção Básica e na equipe do PSF, dentre eles os nutricionistas;
- Grande rotatividade de profissionais de saúde responsáveis pelas ações de vigilância nutricional nos municípios;
- Ausência de um maior número de nutricionistas atuando na área da Vigilância Nutricional;
- Ações terceirizadas e ausência, nos quadros da FUNASA, de nutricionistas para acompanhar situação nutricional dos índios;
- Necessidade de ampliar as ações de alimentação e nutrição para as doenças genéticas (doença celíaca);
- Desarticulação dos programas de saúde e nutrição com as demais áreas do governo.

Ações educativas e campanhas

Ações

- O MDS, além das ações já citadas anteriormente, concedeu apoio financeiro à pesquisa TACO - Tabela Brasileira de Composição dos Alimentos, que poderá apoiar o Governo na elaboração de diagnósticos mais precisos da situação nutricional da população brasileira;
- Produção de materiais didáticos, manuais, cartilhas e outros documentos pedagógicos e de divulgação: “Alimentos Regionais Brasileiros”; “Guia Alimentar para menores de 2 anos”; “Dez Passos para a Alimentação Saudável das crianças menores de 2 anos”; “Guia Alimentar para a População Brasileira”;
- Ações específicas de incentivo ao consumo do peixe, como o Programa Feira do Peixe e atividades escolares voltadas ao mesmo objetivo;
- Destaca-se, ainda, a parceria do Ministério da Saúde com a Rádio Câmara, tendo sido elaborados *spots* de rádio sobre alimentação infantil, e que são disponibilizados via internet para quaisquer rádios comunitárias.

Avanços

- Realização das pesquisas sobre alimentação e nutrição;
- Produção de materiais didáticos, cartilhas e projetos de educação nutricional, alimentação saudável e melhoria da qualidade de vida
- Produção dos guias alimentares; cursos e oficinas sobre alimentação e nutrição para a comunidade



-
- Criação de GT de discussão da regulamentação da publicidade de alimentos com alto teor de gorduras saturadas, trans, sódio e açúcar;
 - Desenvolvimento de ações de educação alimentar nas escolas
 - Publicação de Portaria conjunta entre MEC e MS instituindo diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas.

Entraves

- Falta de acesso das entidades, associações comunitárias e ONGs aos guias alimentares;
- Ausência de normas reguladoras de propagandas relativas à alimentação;
- Falta de um trabalho de educação alimentar na perspectiva da SAN e do DHAA;
- Necessidade de melhorar a definição de metodologias de difusão de informação sobre alimentação saudável nas escolas e na comunidade.

Política nacional de aleitamento materno

Ações

- Algumas ações já existentes há longa data, tais como a “Iniciativa Hospital Amigo da Criança” e os “Bancos de Leite”. Em 2005, foi instituído um Grupo de Trabalho com objetivo de estabelecer critérios para o Primeiro Monitoramento Oficial da NBCAL - Norma Brasileira de Alimentos para Lactentes e Crianças da Primeira Infância. Registrou-se também o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que tem por objetivo articular os atores sociais mobilizados em torno da luta contra os elevados índices de mortalidade materna e neonatal no Brasil, com meta de redução de 15% da mortalidade materna e neonatal até o final de 2006.

Avanços

- Implementação dos programas de apoio ao aleitamento materno exclusivo e dos bancos de leite humano;
- Regulamentação da comercialização de alimentos substitutos do leite materno e o monitoramento destes produtos.

Entraves

- Falta de regulamentação de propaganda de alimentos substitutos do aleitamento materno;
- Baixa cobertura do aleitamento materno;
- Não cumprimento da lei que garante o direito à mãe de aumentar por seis meses o seu filho;
- Falta de conhecimento e/ou empenho dos profissionais de saúde na promoção e incentivo do aleitamento materno;
- Falta de orientação e de humanização no pré-natal.



EIXO 4.4.2 ALIMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL NAS ESCOLAS E CRECHES

Propostas prioritárias: reformulação da legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar; criação de leis que proíbam nas escolas a propaganda e comercialização de alimentos inadequados do ponto de vista nutricional; inclusão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nos currículos de graduação e pós-graduação.

Ações:

- Em relação ao PNAE, enfatizou-se a garantia da descentralização; o aumento e a diferenciação *per capita*, priorizando as populações específicas; a universalização para todos os níveis de ensino e a garantia da presença de um profissional da área de nutrição em todas as fases do programa. No que tange à descentralização, o órgão responsável pelo Programa (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) considera que o modelo de gestão atual é descentralizado, o que está garantido pela Medida Provisória nº 2178/2001;
- CONSEA Nacional apresentou recomendação à Presidência da República visando aumentar os valores *per capita* repassados pelo PNAE, que estavam congelados há dez anos, sendo que ainda em 2004 teve início a recuperação dos valores. Também em 2003, teve início o repasse diferenciado para a educação indígena e, em 2005, para escolas em comunidades quilombolas;
- O CONSEA Nacional criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de apresentar propostas para uma nova lei do PNAE, em conjunto com o FNDE, abrindo possibilidades para a ampliação da cobertura do Programa (educação básica) e inclui entre suas diretrizes a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional por meio da alimentação adequada e saudável; o respeito aos hábitos alimentares; e o apoio ao desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de produtos em âmbito local, diretamente dos pequenos produtores;
- Recente instituição da Política Nacional de Promoção da Saúde pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes (modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços), tem na promoção da alimentação saudável, um dos seus eixos estratégicos, abrindo espaços de inter-setorialidade e parcerias nos níveis locais de forma a reforçar o componente de segurança alimentar e nutricional;
- As ações no sentido de proibir a comercialização de alimentos inadequados nas escolas e regulamentar a propaganda, restringiram-se às campanhas de conscientização e divulgação de informações já abordadas nos itens anteriores e a algumas iniciativas nos níveis estaduais e municipais;



- Ministério da Educação esclareceu que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é elaborado e apresentado pela instituição de ensino superior, com base nas DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais e que, portanto, para inserir no PPP e no currículo dos cursos conteúdos relativos à SAN, a iniciativa deverá ser das instituições de ensino superior, obedecendo às DNC do curso;
- O FNDE indicou normativos relativos à exigência da presença obrigatória do nutricionista e à responsabilidade técnica deste (Medida Provisória nº 2178/2001; Resolução FNDE/CD nº 38/2004 e Resolução CFN nº 358/2005), o que conta também do pré-projeto de lei referido anteriormente. Como ação principal, destacou o recadastramento dos nutricionistas nas unidades executoras do Programa.

Avanços:

- aumento do *per capita* para o PNAE, criação de novo projeto de lei para sua regulamentação e a articulação entre o PAA e o PNAE.

Entraves

- Escolas não respeitam as deliberações para a restrição de alimentos inadequados;
- Dificuldade de articulação entre o PAA e o PNAE nos processos de aquisição de alimentos, incluindo a dificuldade nos processos de licitação e a não priorização da compra da agricultura familiar;
- Falta de infra-estrutura física e sanitária nas escolas.

EIXO 4.4.3 CULTURA ALIMENTAR

Proposta prioritária: promoção da alimentação saudável culturalmente referenciada a partir de ações educativas dirigidas a: (a) constituição e capacitação permanente de agentes locais em SAN; (b) introdução, na integralização curricular do ensino infantil, fundamental e médio, da SAN como tema transversal, enfatizando os aspectos referentes à cultura alimentar; (c) inclusão no cardápio da alimentação escolar de alimentos saudáveis e da cultura alimentar local.

Ações/avanços

- Atividades de capacitação de conselheiros dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAEs, cartilhas e manuais, já destacadas nos itens anteriores;
- Projeto Hortas Comunitárias;
- Melhoria na composição do cardápio da alimentação escolar, conforme previsto no projeto de lei em discussão no CONSEA;
- Realização da Pesquisa Nacional de Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;



- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) desenvolve ações objetivando o mapeamento da cultura alimentar da população brasileira, visando a valorização e o resgate de hábitos alimentares tradicionais e de produtos e espécies da biodiversidade local/regional.

Entrave

- Programas governamentais ainda não respeitam a cultura alimentar.

4. Atuação do CONSEA-Nacional

Embora não tenha havido um balanço específico da atuação do Consea Nacional, foram ressaltadas cinco dimensões:

- i. Em que medida sua atuação tem conseguido introduzir a SAN na agenda pública nacional e também na formulação e implementação das políticas públicas. Constatou-se significativo êxito na difusão do tema, necessitando avançar no reconhecimento do Conselho pelo governo e pela sociedade, como espaço de construção de ações conjuntas e instrumento legítimo de monitoramento e controle dos programas relacionados com a SAN.
- ii. Avanços do Conselho na direção de estabelecer uma agenda de trabalho que contemple os principais aspectos envolvidos pela SAN, para o que chamou-se a atenção para sua autonomia em relação à agenda própria do poder executivo, o grau de acerto e efetividade da estratégia que definiu alguns programas e áreas de atuação como objetos de atenção prioritária e permanente dentro do vasto campo abrangido pela SAN.
- iii. Número e significados das realizações do CONSEA em termos de proposições de políticas, eventos e outras iniciativas, quase todas elas mencionadas no balanço das ações apresentado anteriormente e na listagem a seguir. Notou-se que o Conselho tem atuado em diversas áreas, porém, com distintos graus de aprofundamento e efetividade, cabendo verificar a correção do critério de prioridade, se é adequado seu conteúdo e se tem sido efetiva sua incidência nas ações e políticas públicas.
- iv. Grau de coordenação das ações entre o CONSEA-Nacional e seus congêneres estaduais e municipais. Notou-se ser ainda insuficiente essa articulação.
- v. Capacidade do Conselho cumprir com a principal deliberação da II Conferência Nacional de formular uma proposta de Projeto de Lei Orgânica da SAN instituindo o SISAN. Neste ponto, a avaliação consensual é pelo êxito da iniciativa, sendo que os debates voltaram-se para o conteúdo e regulamentação do SISAN e da PNSAN, etapa a ser cumprida de agora em diante.

No tocante à construção de uma PNSAN, as discussões orientaram-se para as seguintes questões: a) o quê comporia a PNSAN; b) quais as instâncias e mecanismos para sua



coordenação e controle; c) como ela se relacionaria com as demais políticas e suas esferas de decisão; d) como seria o financiamento da política e suas repercussões no PPA; e) como se daria a participação de estados e municípios. Os debates não foram conclusivos a respeito.

Apresenta-se, a seguir, um registro das principais iniciativas e proposições que compuseram a agenda do CONSEA-Nacional, de forma sintética e sem abordar os desdobramentos.

Bloco Temático 1 - Questões institucionais

1. Formulação e encaminhamento do Projeto de Lei Orgânica da SAN instituindo o SISAN, consagrando em lei o DHAA e a SAN.
2. Tornou-se espaço destacado na difusão da ótica do direito humano à alimentação adequada e na geração de proposições em diferentes campos da ação pública.
3. Desenvolvimento de metodologia para a análise do orçamento geral da União com o enfoque da SAN, aprimorando a capacidade de apresentar propostas orçamentárias e monitorar seu acatamento e implementação, constituindo também um instrumento de construção da intersetorialidade.
4. Iniciativa de interação com os demais Conselhos nacionais de políticas públicas, visando a construir uma pauta comum (definição de metas sociais) e a compartilhar experiências.

Bloco temático 2 - Aspectos relacionados à produção

1. Concepção nascida dentro do CONSEA, o Plano de Safra da Agricultura Familiar constitui ponto de pauta permanente das instâncias do Conselho tanto no componente crédito (PRONAF) quanto no de aquisição de alimentos (PAA).
2. Formulação de proposta de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar, encaminhada ao Governo Federal e difundida em evento público.
3. Formulação de proposta de incorporação de critérios de SAN nas negociações internacionais de que participa o Governo Brasileiro tendo em vista a soberania alimentar, a SAN e, em particular, o segmento da agricultura familiar.
4. Pronunciamentos, nem sempre consensuais, com relação ao modelo de produção agroalimentar, quanto à expansão das monoculturas, à concentração fundiária e à utilização de organismos geneticamente modificados, bem como visando a preservação dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.
5. Proposições relacionadas com ações e programas para a região do Semi-Árido, ponto permanente da agenda do CONSEA; o projeto de transposição do Rio São Francisco foi objeto de intenso debate, ainda não concluído no âmbito do Conselho.



Bloco temático 3 - Aspectos relacionados ao acesso

1. Tendo sido espaço de debate da unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família, o Conselho dedica-se ao acompanhamento permanente do programa nos aspectos das formas de implementação, instâncias e mecanismos de participação e controle social.
2. Apresentação de demandas para o descongelamento e atualização do valor *per capita* das transferências efetuadas pelo programa de alimentação escolar, bem como participação direta na elaboração de proposta de um projeto de lei de regulamentação do programa.

Bloco Temático 4 - Ações de saúde e nutrição

1. Debate das modificações na Vigilância Alimentar e Nutricional, e apresentação de demandas relacionadas com sua instalação e funcionamento adequado em todos os municípios brasileiros; encaminhamento de proposta para a criação de um repasse financeiro aos estados e municípios para o incentivo ao preenchimento do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.
2. Desenvolvimento de uma concepção intersetorial para um programa de alimentação adequada e saudável, envolvendo os setores de governo que atuam nas áreas da saúde e nutrição, educação, agricultura familiar e agroextrativismo, biodiversidade e educação alimentar e nutricional.

Questões extra-blocos temáticos

1. Incorporação na agenda permanente de discussões a construção de programas e ações voltados para a SAN das populações negras (destacando-se as comunidades rurais quilombolas) e também dos povos indígenas.
2. *Iniciativas na direção de instituir processos de interação permanentes com os CONSEA's estaduais e de apoio à coordenação regional entre eles.*

5. Indicações com vistas à III CNSAN

Com relação à realização da III Conferência Nacional de SAN, as principais indicações apresentadas no Encontro Nacional foram:

1. Ratificar decisão de realizá-la no 1º Semestre de 2007 (sugerido o mês de maio), buscando tornar irreversível sua efetivação.



2. Efetuar mapeamento das entidades que se ocupam de SAN, e formar opinião pública favorável à SAN.
3. CONSEA's estaduais devem promover articulações regionais, intercambiando planos e propostas, bem como sugerir pontos de pauta para a Conferência.
4. Mobilizar os CONSEA's para PPA 2008/11, disponibilizando especialistas na questão orçamentária.
5. Realização de seminário sobre a LOSAN e de pré-conferência para preparar a Conferência.
6. Mobilizar, desde o processo preparatório, conselhos e movimentos afinados com a SAN, incluindo organizações de populações mais vulneráveis, dando atenção às propostas com interfaces em SAN; dialogar com outras conferências nacionais e agregar temáticas.
7. Verificar resoluções da XII Conferência de Saúde de interesse da SAN pendentes de implementação.
8. Buscar aproximação com Rede Latino-americana de SAN e desenvolvimento sustentável.
9. Assegurar a participação na III CNSAN de órgãos governamentais chaves, e de representantes dos três poderes.
10. Sugestões relacionadas com conteúdo/pauta da Conferência:
 - não incluir eleição de delegados
 - controle social
 - composição do CONSEA, e critérios para habilitação de conselheiros/as
 - movimentos de base em curso
 - alimentação escolar para o nível médio
 - América Latina
 - Apresentação dos textos-base por blocos (sugestão: contextualização das políticas em curso; manutenção dos quatro eixos temáticos, com avanços e desafios), em linguagem acessível para todos/as; sugestão para ter apenas um só documento básico.